

## **ATA Nº 115/2018 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

No dia vinte e sete de março de 2018, nas salas 06 e 07 do 13º andar, Prédio Gerais, da Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica dos conflitos envolvendo as Fazendas Nova Alegria/Acampamento Terra Prometida – em Felisburgo, Uberaba – em Rubim, Farpão/Talismã – em Salto da Divisa, Relâmpago/Acampamento Olhos D'Água – em Joáima e Aurora/Acampamento Aurora – em Jequitinhonha, ambos assistidos pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Participantes conforme lista de presença anexa.

### ➤ **Fazenda Nova Alegria/Acampamento Terra Prometida – em Felisburgo**

Os representantes da Mesa de Diálogo contextualizam o conflito. Propõem sua retirada da pauta, tendo em vista o decreto de desapropriação. Reforçam que o problema maior hoje são os recursos do Incra. Esclarecem que a Imissão na Posse é um procedimento técnico, que não acontecerá de forma tão célere. Pontuam que existe um questionamento de valor por parte do proprietário da área. Explicam que o juiz da Vara Agrária manifestou que o processo não é de sua competência, mas da justiça federal. Explicam que falta o despacho judicial para que seja feito o depósito. Propõem que a Seda e a AGE se informem sobre a não expedição do despacho inicial. A Seda esclarece que do ponto de vista financeiro já tem o recurso empenhado. Sugere reunião com a AGE, Seda e Casa Civil, se necessário. O MPPM verificará detalhadamente o processo e após as apurações, passará as informações ao movimento.

O MST e os representantes da ocupação falam que o problema maior não são os recursos financeiros, mas sim o processo de Imissão na Posse.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- A Mesa de Diálogo marcará uma reunião com a AGE, Seda e Casa Civil, se necessário;
- O MPPM verificará detalhadamente o processo e após as apurações, passará as informações ao movimento e representantes da Mesa de Diálogo.

### ➤ **Fazenda Uberaba – em Rubim**

Os representantes da Mesa de Diálogo contextualizam o conflito. Explicam que o processo já possui sentença confirmando a liminar e que a 1ª reunião da PMMG já foi realizada. Pontuam que a área real é maior que a registrada e que não tem georeferenciamento. A Seda esclarece que foi contratada uma empresa para realizar os levantamentos das áreas, neste sentido a previsão é que se inicie na

próxima semana o atendimento às demandas. Acredita que em 15 dias seja possível entregar uma resposta, mas reforça que muito depende do cartório. Informa que será necessária uma equipe de cerca de quatro pessoas para realizar o trabalho, neste sentido não seria possível contatar o escritório de Almenara, que não conta com servidores suficientes. A Defensoria Pública informa que dificilmente conseguirá reverter a reintegração de posse. Apoiar a interferência da AGE, caso seja comprovada a devolutividade do terreno. Pontua que fará a análise da área para ver se é o caso de pedir a suspensão. A PMMG sugere que seja solicitada à AGE que entre com oposição à posse, caso seja comprovada a devolutividade. O Incra informa que foi feito o pedido de vistoria, mas não realiza a operação em imóvel ocupado. Explica que com uma oferta do proprietário do terreno inicia-se o processo. Sugere verificar se o acampamento está realmente dentro da matrícula objeto ação. O Incra informa que analisará se o proprietário tentou certificar a área no órgão, conforme sugestão do secretário executivo da Mesa de Diálogo. A Sedpac questiona a inércia do Incra com relação às áreas indicadas para vistoria.

O MST e os representantes da ocupação apresentam documento que estipula a data de 19/04 para desocupação pacífica do imóvel. Informam que aproximadamente 40 famílias moram na área, que já teve seu mapeamento feito pelo movimento. Solicitam validação da Seda. Pontuam que parte do terreno já foi vendido, por isso a reivindicação de 600 hectares. Indicam, para Reforma Agrária, a Fazenda São Geraldo. Acordam que enviarão para o Incra a documentação da área.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- A Seda realizará o georeferenciamento da área, em aproximadamente 15 dias e encaminhará a nota técnica para que a Defensoria Pública possa fazer as devidas intervenções no processo, caso seja detectada a devolutividade da terra;
- Após o levantamento realizado pela Seda, comprovada a devolutividade da terra, a Mesa de Diálogo fará contato com a AGE para que intervenha no processo, tendo em vista a natureza do terreno;
- O Incra verificará se o proprietário já efetuou alguma tentativa de certificação da área no órgão;
- A Seda verificará as informações sobre a venda de parte do terreno (600 hectares);
- O MST enviará a documentação da Fazenda São Geraldo ao Incra.

➤ **Fazenda Farpão/Talismã/Comunidade Quilombola Braço Forte – em Salto da Divisa**

A Mesa de Diálogo contextualiza, com base na ata da última reunião, cuja pauta foi o conflito. A PMMG informa que há sentença, mas sem agendamento de data para reintegração de posse. A SEDPAC informa que a comunidade está certificada pela

Fundação Cultural Palmares. O MPMG informa que a certificação deve ser base para que o juiz mande o processo para a justiça federal, mas para que isso aconteça a União (AGU) deve se manifestar nos autos. Pontua que o Incra não tem orçamento para aquisição da área. O coordenador da Mesa de Diálogo lê trecho da sentença sobre manifestação de interesse da União. A Defensoria Pública vê com complexidade a reversão desse quadro, ainda com a intervenção da AGU. Sugere que a Mesa de Diálogo oficie o Incra sobre instauração de processo para reconhecimento do território. O Incra propõe ao movimento analisar o processo da Fazenda Marobá dos Teixeira que está pronto para decreto, pois acredita que possa revelar saídas possíveis para o processo envolvendo a Comunidade Quilombola Braço Forte. A Defensoria Pública fala da Fazenda Pratinha, que também está dentro do território, então acredita que a comunidade possa ser remanejada, caso seja o Estado titular do terreno. A SEDPAC lembra que a área já foi vistoriada pelo Incra e classificada como inviável para Reforma Agrária. Explica que foi solicitado reanálise do laudo. Esclarece que a Fazenda Pratinha também é objeto de desapropriação, aguardando recurso do Incra. Sugere realizar o cadastramento das famílias.

O MST e os representantes da ocupação informam que a prefeitura disponibilizou três meses de aluguel, mas que o benefício é insuficiente. Falam que já está comprovado que se trata de território quilombola. Reclamam do índice de criminalidade promovido pelo latifúndio.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- A Mesa de Diálogo oficiará o Incra sobre a possibilidade de instaurar o processo de reconhecimento do território;
- A Comunidade Quilombola Braço Forte fará solicitação ao Incra para que se inicie o processo de regularização;
- A Mesa de Diálogo (SEDPAC e Secretaria Executiva) realizará o cadastramento das famílias;
- A SEDPAC enviará a documentação disponibilizada pela Fundação Palmares;
- O MST analisará o processo da Fazenda Marobá dos Teixeira para identificar pontos estratégicos que possam ajudar no processo da comunidade quilombola.

➤ **Fazenda Relâmpago/Acampamento Olhos D'Água – em Joáima**

O MST e os representantes da ocupação explicam que a área tem de aproximadamente 1020 hectares e está abandonada há cerca de 20 anos. Informam que a ocupação possui sete meses.

A Seda informa que solicitará uma busca do imóvel no cartório. A SEDPAC sugere o levantamento de Cadeia Dominial e que a Seplag verifique se a área

pertence ao Estado. Solicita que enviem mais informações sobre a fazenda. Explica que o processo de identificação do imóvel é rápido, mas o de levantamento da Cadeia Dominial será demorado, tendo em vista as prioridades apresentadas inclusive pelo próprio movimento. Como não há suposto dono, infere-se que não há necessidade imediata.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- A Mesa de Diálogo, em parceria com a Seda, buscará informações sobre o imóvel no cartório e na Seplag.

➤ **Fazenda Aurora/Acampamento Aurora – em Jequitinhonha**

A PMMG informa que não há liminar e a audiência de instrução será agendada. O secretário Executivo da Mesa de Diálogo lembra que havia interesse do proprietário em vender a área ou realizar permuta. A SEDPAC sugere retomar a Câmara Setorial, conforme acordado na última reunião com os ocupantes. Destaca que o proprietário aceitava a permuta por imóvel rural ou urbano.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- A Mesa de Diálogo instituirá Câmara Setorial, conforme encaminhamento acordado na última reunião, a ser realizada em Jequitinhonha.